

Yvonne Hendrich und Benjamin Meisnitzer (edd.)

**LÍNGUA E IDENTIDADE NO  
MUNDO LUSÓFONO**

Sprache und Identität in der lusophonen Welt

***ibidem***  
**Verlag**

## Bibliografische Information der Deutschen Nationalbibliothek

Die Deutsche Nationalbibliothek verzeichnet diese Publikation in der Deutschen Nationalbibliografie; detaillierte bibliografische Daten sind im Internet über <http://dnb.d-nb.de> abrufbar.

Bibliographic information published by the Deutsche Nationalbibliothek

Die Deutsche Nationalbibliothek lists this publication in the Deutsche Nationalbibliografie; detailed bibliographic data are available in the Internet at <http://dnb.d-nb.de>.

## BOTSCHAFT.

PORTUGAL



JOHANNES GUTENBERG  
UNIVERSITÄT MAINZ



A presente publicação foi produzida com o apoio da Embaixada de Portugal em Berlim e do Instituto Camões. O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade dos autores e dos organizadores da coletânea, não podendo, de forma alguma, ser tomado como a expressão das posições da Embaixada de Portugal em Berlim e do Instituto Camões.

Diese Publikation wurde mit freundlicher Unterstützung der Portugiesischen Botschaft in Berlin und des Instituto Camões erstellt. Der Inhalt liegt in der alleinigen Verantwortung der Autoren und Autorinnen, Herausgeber und Herausgeberinnen des Bandes und sollte nicht als Ausdruck der Positionen oder Ansichten der Förderer verstanden werden.

ISBN-13: 978-3-8382-0978-4

© *ibidem*-Verlag, Stuttgart 2022

Alle Rechte vorbehalten

Das Werk einschließlich aller seiner Teile ist urheberrechtlich geschützt. Jede Verwertung außerhalb der engen Grenzen des Urheberrechtsgesetzes ist ohne Zustimmung des Verlages unzulässig und strafbar. Dies gilt insbesondere für Vervielfältigungen, Übersetzungen, Mikroverfilmungen und elektronische Speicherformen sowie die Einspeicherung und Verarbeitung in elektronischen Systemen.

All rights reserved. No part of this publication may be reproduced, stored in or introduced into a retrieval system, or transmitted, in any form, or by any means (electronic, mechanical, photocopying, recording or otherwise) without the prior written permission of the publisher. Any person who does any unauthorized act in relation to this publication may be liable to criminal prosecution and civil claims for damages.

Printed in the EU

## Inhalt

Vorwort	9
Nota introdutória	17
Alexander Altevoigt	
Ist eine portugiesische Kollektividentität möglich? <i>As Naus</i> von António Lobo Antunes und die Narrative Psychologie	25
Teresa Bagão	
“Tornei-me este planeta por ofício”: identidade e língua em abordagens dos <i>media</i> à nova emigração	37
Martin Becker	
A tradição do pensamento linguístico universalista e a <i>Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa</i> de João Soares Barbosa	57
Isabel Araújo Branco	
Jorge Luis Borges por Lisboa e Nova Iorque ou a linguagem de Dinis Machado / Dennis McShade	75
Verena Dolle	
Vom ‚amerikanischen‘ zum ‚europäischen Traum‘: Luiz Ruffatos Migrationsroman <i>Estive em Lisboa e lembrei de</i> <i>ocê</i> (2009)	83
Cláudia Fernandes	
Portugueses no negativo: Antiportuguesismo	105
David Paul Gerards	
O <i>infinitivo conjugado</i> galego: signo indexical e ato identitário	117



## O infinitivo conxugado galego: signo indexical e ato identitário

David Paul Gerards (Lípsia)

### 1. Introdução

Tanto o português como o galego conhecem o uso do chamado *infinitivo flexionado* (port., IF) ou *conxugado* (gal., IC), enquanto o espanhol somente dispõe dum infinitivo não flexionado:

- (1) port. A disciplina é um requisito para ter / teres / que tenhas êxito.
- (2) gal. A disciplina é un requisito para ter / teres / que teñas éxito.
- (3) esp. La disciplina es un requisito para tener / \*teneres / que tengas éxito.

Porém, as duas primeiras línguas – apesar de coincidir, em grande medida, no nível do sistema – mostram diferenças de norma<sup>59</sup> consideráveis. Globalmente, trata-se duma forma muito vital no caso do português, ao passo que o galego contemporâneo apresenta frequências muito variáveis em função do contexto extralinguístico. A língua coloquial caracteriza-se pela quase-ausência do IC, enquanto que este aparece, segundo alguns autores (p. ex. Kabatek 1997a), com frequências elevadas em contextos formais. A literatura cita como razão principal destas diferenças uma mudança de estatuto *diassistemático* do IC.

O objetivo desta contribuição é triplo. Após uma breve história do IC (cap. 2), primeiro, pretende comprovar empiricamente o uso elevado do IC em contextos formais. Segundo, visa analisar eventuais diferenças entre o uso dos galegos *autonomistas e reintegracionistas*<sup>60</sup>. Terceiro, pretende oferecer uma explicação

---

59 Compreendida no sentido coseriano da expressão (Coseriu 1952 [1962]).

60 Existem duas correntes ideológicas com posturas opostas relativamente ao estatuto do galego. A posição maioritária, a autonomista, representada sobretudo pelo *Instituto da Língua Galega* e a *Real Academia Galega*, defende que o galego é uma língua própria, enquanto o reintegracionismo argumenta a favor da inclusão do galego no diassistema

mais profunda do porquê do uso formal do IC por ambas as correntes ideológicas<sup>61</sup>, apoiando-se, sobretudo, no conceito da indexicalidade (Ochs 1992, Silverstein 2003) e na ideia de o uso do IC constituir um ato identitário.

Com a finalidade de realizar os primeiros dois desses objetivos, analisar-se-á o uso do IF / IC num corpus de textos produzidos por filólogos e linguistas portugueses e galegos (cap. 3). Os resultados duma análise global (cap. 3.1) sustentarão as afirmações a respeito do uso elevado do IC em contextos formais, encontradas na literatura. Adicionalmente, mostrarão que os reintegracionistas apresentam frequências de uso superiores às dos autonomistas e também às dos investigadores portugueses. Uma análise dos dados de corpus mais fina, distinguindo entre diferentes contextos sintáticos, sugere que no uso dos dois grupos também se verificam diferenças neste nível (cap. 3.2). Finalmente (cap. 4), abordarei o terceiro objetivo. Ao basear-me em citações metalinguísticas, aprofundarei a ideia de que o IC dispõe duma indexicalização identitária mais além da sua marcação, em termos de registo, como diastrática e diafasicamente alta e explicarei, desde uma perspetiva externa dum linguista alemão, o seu uso frequente em textos científicos e as diferenças entre o uso autonomista e reintegracionista.

## 2. História (muito) abreviada do infinitivo conjugado galego

O IC deve considerar-se um fenómeno moribundo no galego coloquial da grande maioria dos falantes atuais<sup>62</sup> (mais acima e Gondar 1978, 21–26). É um recurso gramatical que “non é estrictamente obrigado en ningún caso” (Álvarez & Xove

português. Ambas as posições são justificáveis e têm as suas raízes no processo da normalização do galego, iniciado nos anos setenta do século passado (Kabatek 1992).

61 Ao longo deste trabalho, o termo *ideologia / ideológico* empregar-se-á sempre sem qualquer tipo de conotação pejorativa. Portanto, o meu uso opõe-se decididamente à aceção negativa, já generalizada hoje em dia, mas que, na verdade, remonta a uma “campanha de destrucción discursiva” (Schlieben-Lange 2000: 32), levada a cabo por Napoleão Bonaparte “en contra de una corriente filosófica que defendía, por encima de todo, la libertad” (Kabatek 2015).

62 Veja-se também a seguinte citação de Gondar (1978, 155): “Sen dúbida ningunha, existe un bo número de galego-falantes que non coñecen este idiotismo no seu idiolecto particular”. A título de nota pessoal: Eu ouvi o primeiro IC basileto – fora dum âmbito culto e / ou académico – após dois anos de contato intenso com a Galiza.

2002, 307)<sup>63</sup>. Contudo, a sua baixa frequência de uso em registos coloquiais não é extrapolável à língua medieval, pois o emprego da forma aparenta ter coincido, em grande medida, com aquele do português da mesma época (Gondar 1978, 156f.). Muito provavelmente, a progressiva perda começou a produzir-se a partir do final do século XIV, e sobretudo ao longo do XV, enquanto fenómeno de interferência negativa de coincidência com o espanhol (alem. *Überschneidung-sinterferenz*, Kabatek 1997b), uma vez que esta segunda língua – que desconhece o IC (cf. (3)) – substituiu o galego como língua de prestígio na Galiza (Monteagudo 1999, 127–135). Foi só na segunda metade do século XX, com o processo da normalização do galego iniciado nos anos setenta, que surgiu um interesse (benévolo) pelo IC. Pela vontade das forças normalizadoras de recuperar um galego ‘puro’ que fizesse justiça ao seu passado, o IC entrou nas *Normas Ortográficas e Morfológicas do Idioma Galego*, elaboradas em 1982 pelo *Instituto da Lingua Galega* e a *Real Academia Galega*. Desta maneira, por uma decisão política, uma forma inicialmente característica de todo o âmbito galego-português, mas quase perdida na Galiza moderna, passou de ser um fenómeno dialetal e diastrática / diafasicamente baixo a ser uma forma prestigiosa, característica de contextos formais e de distância<sup>64</sup> (Kabatek 1997a, para uma visão geral e alguns detalhes, e Koch & Oesterreicher 1985, para a noção de contextos de distância). Esta mudança será tratada de maneira mais pormenorizada no capítulo 4.

No que segue, apresentarei a análise quantitativa e qualitativa do corpus.

## 3. O uso do IF / IC num corpus de textos científicos

Como já foi dito, os primeiros dois objetivos deste trabalho são o de comprovar empiricamente o uso elevado do IC em contextos formais e a investigação de eventuais diferenças entre o uso autonomista e reintegracionista. Com esta finalidade, apresentarei os resultados globais (cap. 3.1) e alguns resultados em função do contexto sintático (cap. 3.2) duma pesquisa efetuada num corpus constituído

63 Embora haja contextos que fazem com que aumentem as probabilidades de uso: 1. sujeito do SV ≠ sujeito do IC, 2. no caso sujeito do SV = sujeito do IC: anteposição do IC e 3. com posposição do IC: distância grande entre SV e IC (*ibid.*).

64 Como é o caso da tradição discursiva do artigo científico investigada no capítulo 3.

por artigos científicos galegos, escritos por dezasseis linguistas / filólogos diferentes<sup>65</sup>. Entre estas pessoas figuram oito autonomistas e oito reintegracionistas (cf. nota n<sup>o</sup>2)<sup>66</sup>. Além disso, foi efetuada uma subdivisão adicional no interior destes dois grupos ideológicos. Os oito autonomistas pertencem ou à *Real Academia Galega* (n=4, grupo RAG) ou ao *Instituto da Língua Galega* (n=4, grupo ILG) e utilizam as normas ortográficas estabelecidas pela *Real Academia Galega*. Quanto aos reintegracionistas, quatro deles (pertencentes à *AGAL / AGLP*<sup>67</sup> / *Universidade da Corunha*) fazem parte dum subgrupo que emprega as normas ortográficas reintegracionista ou portuguesa (*reintegracionistas*<sub>1</sub>). Os restantes quatro (*reintegracionistas*<sub>2</sub>), pelo contrário, usam as normas ortográficas da *Real Academia Galega*, embora partilhem muitas das ideias fundamentais dos *reintegracionistas*<sub>1</sub>. Os resultados da análise deste corpus (1502 ocorrências de IC<sup>68</sup>) serão contrastados com os dum corpus de controlo português (português europeu, 100.279 *tokens*, 105 IF)<sup>69</sup>. No quadro seguinte resumem-se as características dos dois corpora e o número de *tokens* correspondentes:

	RAG	ILG	Reint. <sub>1</sub>	Reint. <sub>2</sub>	
Pessoa 1	46.315	50.465	44.853	42.034	
Pessoa 2	47.360	26.980	35.201	43.546	
Pessoa 3	49.728	38.004	44.893	51.725	
Pessoa 4	42.213	48.165	42.069	51.278	
Subcorpus	185.616	163.614	167.016	188.583	
Autonom. / reintegr. / corpus total	349.230		355.599		704.829
Corpus de controlo	100.279				

Tab. 1. Características dos corpora e *tokens* por pessoa e subcorpus.

### 3.1 Resultados globais

Na seguinte tabela apresenta-se a frequência de IC por mil *tokens* para cada uma das dezasseis pessoas e a média das frequências individuais por mil *tokens* para cada subcorpus. Os valores absolutos figuram entre parênteses. Contrasta-se também a frequência e o número total de IF observados no corpus de controlo:

	RAG	ILG	Reintegr. <sub>1</sub>	Reintegr. <sub>2</sub>
Pessoa 1	1.14 (53)	1.41 (71)	2.05 (92)	3.14 (132)
Pessoa 2	1.46 (69)	0.22 (6)	1.25 (44)	8.13 (354)
Pessoa 3	0.32 (16)	0.42 (16)	1.09 (49)	1.91 (99)
Pessoa 4	0.31 (13)	0.62 (30)	1.50 (63)	7.70 (395)
Freq. média (N.total) das 4 pess. / subgrupo	0.81 (151)	0.67 (123)	1.47 (248)	5.22 (980)
Freq. média (N.total) dos 8 auton. vs. 8 reint.	0.74 (274)		3.35 (1228)	
Freq. média (N.total) / corpus galego	2.04 (1502)			
Frequência (N.total) / corpus	1.05 (105)			

Tab. 2. Frequências individuais / médias e valores absolutos do IC no corpus galego, frequência e valor absoluto do IF no corpus de controlo.

Logo à primeira vista reparamos no facto de todas as pessoas usarem o IC, o que, efetivamente, comprova que o galego empregado em contextos formais se caracteriza por uma frequência elevada do IC em comparação com registos coloquiais (Gondar 1978, Kabatek 1997a). Porém, também constatamos uma enorme variação das frequências individuais, que podem ser inferiores ou (muito) superiores à frequência de 1.05 / 1000 *tokens* registada no corpus de controlo português.

65 O tamanho do corpus é de 704.829 *tokens*. Portanto, a média de *tokens* por pessoa é de 44.052. Contudo, e por razões puramente práticas, o número real varia entre 26.980 e 51.725.

66 Apesar de este trabalho não pretender emitir julgamento de valor algum a respeito dos usos linguísticos das pessoas investigadas, sou perfeitamente consciente do risco de que pode ser instrumentalizado neste sentido. Por isso, decidi não revelar a identidade das pessoas cuja produção linguística foi investigada.

67 *Associação Galega da Língua e Associação Galega da Língua Portuguesa* (para mais detalhes, também a respeito das diferentes normas ortográficas, veja-se Kabatek 1992).

68 Somente registei a segunda pessoa do singular e as três pessoas do plural, já que as formas da primeira e terceira pessoa do singular, por não dispor de morfema de pessoa e número explícito (*para eu fazer-ø / ele fazer-ø*), não puderam ser levantadas no meu corpus *plain text*.

69 Todos os corpora foram limpos a fim de não conterem exemplos metalinguísticos, referências bibliográficas, tabelas, citações, etc. O corpus de controlo português é constituído por 23 artigos científicos de 27 autores diferentes, publicados nas atas dos encontros da *Associação Portuguesa de Linguística (APL)* dos últimos anos.

Alcançam um máximo de 8.13 por mil *tokens* (Reintegr.<sub>2,2</sub>), mas também existem casos como o de ILG<sub>2</sub>, que apresenta a frequência mínima de 0.22 / 1000 *tokens*.

Além disso, saltam à vista vários resultados adicionais. Se compararmos as frequências individuais / 1000 *tokens* com a do corpus de controlo, vemos que todos os reintegracionistas mostram uma frequência mais alta, o que, em contrapartida, apenas registamos no caso de três dos oito autonomistas. Os restantes cinco autonomistas apresentam frequências inferiores. A dimensão de superioridade da frequência é muito diferente nos 11 casos e varia entre +3.8% (1.09, Reint.<sub>1,3</sub>) e +674% (8.13, Reint.<sub>2,2</sub>). A superioridade média dos reintegracionistas é de +219% (mas: *reintegracionistas*<sub>1</sub>: +40% vs. *reintegracionistas*<sub>2</sub>: +397%, cf. infra). Pelo contrário, a superioridade média dos três autonomistas com frequência mais alta do que o corpus de controlo é só de +27%.

Por consequência, a média das oito frequências individuais do subcorpus autonomista aproxima-se muito mais da frequência do corpus de controlo do que a média correspondente reintegracionista. A dos autonomistas é ligeiramente inferior, a dos reintegracionistas muito superior à frequência do corpus de controlo (0.74 / 3.35 vs. 1.05). Dito em números absolutos, os autonomistas apresentam somente 274 das 1502 ocorrências do IC, enquanto que 1228 casos recaem sobre textos reintegracionistas. Esta discrepância é ainda mais pronunciada se isolarmos o subgrupo dos *reintegracionistas*<sub>2</sub> (freq. média / 1000 *tokens* 5.22; N=980)<sup>70</sup>. Isto significa que – com tamanhos dos subcorpora muito semelhantes – quase 82% das ocorrências provêm dos reintegracionistas (e ca. 65% dos *reintegracionistas*<sub>2</sub>), enquanto que o número de ocorrências autonomistas só corresponde a 18% do total dos casos.

70 Por limitações de espaço, não posso entrar em mais detalhes quanto ao porquê das grandes diferenças entre os dois subgrupos reintegracionistas. Trata-se duma tarefa a abordar num futuro trabalho. É possível que uma das razões seja que os reintegracionistas<sub>2</sub>, por utilizarem a norma autonomista, sintam mais necessidade de salientar as suas convicções ideológicas mediante escolhas linguísticas do que os reintegracionistas<sub>1</sub>, que empregam a ortografia reintegracionista ou portuguesa. No entanto, isto seria apenas um lado da medalha, já que os reintegracionistas<sub>2</sub> também empregam formas consideradas marcas dialetais no português atual (e.g. a interpolação de constituintes entre o clítico e o verbo).

Resumindo, os resultados quantitativos globais mostram que a frequência de uso do IC é mais alta em textos científicos do que em registos coloquiais. Adicionalmente, a comparação com o corpus de controlo aponta para uma espécie de hiper-uso do IC por quase todos os reintegracionistas<sup>71</sup>, embora com dimensões muito variáveis e mais pronunciado no caso daqueles reintegracionistas que usam a ortografia autonomista. Pelo contrário, os autonomistas apresentam frequências mais baixas, aproximando-se, assim, mais do uso dos investigadores portugueses e também do galego coloquial.

Passo agora à classificação dos dados com base na função sintática desempenhada pelo IC.

### 3.2 Alguns resultados em função do contexto sintático

Já foi observado por Gondar (1978, 156) que o IC do galego moderno, no nível da norma, é sobretudo um fenómeno que ocorre depois de preposições. Isto também é o caso para o corpus galego investigado neste trabalho, mas, mesmo assim, há importantes diferenças entre os autonomistas e os reintegracionistas. Se observarmos as percentagens exatas, constatamos que o uso do grupo autonomista corresponde nitidamente à afirmação de Gondar, uma vez que 253 das 274 ocorrências do IC (92.3%) vêm precedidas duma preposição. O grupo reintegracionista, no entanto, mostra uma percentagem notavelmente inferior (958 / 1228; 78.0%), mas, desta vez, sem que haja diferenças entre os reintegracionistas<sub>1</sub> e os reintegracionistas<sub>2</sub>. A preponderância de contextos com preposição também parece ser válida para o português, pelo menos para a tradição discursiva do artigo científico (100 / 105; 95.2% com prep.)<sup>72</sup>. Mais uma vez, o uso autonomista aproxima-se

71 Alguns dos textos reintegracionistas apresentam esporadicamente casos de hipercorreção, fenómeno típico que ocorre ao usar, conscientemente, formas linguísticas que já não são adquiridas de maneira natural (p. ex.: *as perguntas costumam serem respondidas*; *ver pessoas falarem a mesma língua* [Reintegr.<sub>1,1</sub>], *parecem ignorarem*; *ambos semelham entenderem-se*; *não deixam de serem variantes dialetais*, *estão a serem publicadas* [Reintegr.<sub>1,2</sub>]).

72 Para o facto e o motivo de traços gramaticais poderem, em alguns casos, estar restringidos a tradições discursivas particulares, veja-se, entre outros, Pons Borderia (2008), Octavio de Toledo y Huerta (2014), Kabatek (2018), Gerards & Kabatek (2018), Kabatek & Gerards (2019), Gerards (2020) e Gerards & Stark (2020).

mais das características observáveis no galego coloquial e do uso dos investigadores portugueses:

	+ Regido por preposição	- Regido por preposição
Corpus de controlo	95.2% (100 / 105)	4.8% (5 / 105)
Corpus galego	80.6% (1211 / 1502)	19.4% (291 / 1502)
Autonomistas	92.3% (253 / 274)	7.7% (21 / 274)
Reintegracionistas	78.0% (958 / 1228)	22.0% (270 / 1228)
Reintegracionistas <sub>1</sub>	77.0% (191 / 248)	23.0% (57 / 248)
Reintegracionistas <sub>2</sub>	78.3% (767 / 980)	21.7% (213 / 980)

Tab. 3. Percentagens e valores absolutos do IC / IF em função do parâmetro [+ / - regido por preposição] no corpus galego e no corpus de controlo.

Seria importante atilar este primeiro resultado sintático para todas as 1502 ocorrências, pois desta maneira poder-se-ia verificar se a tendência de os autonomistas se aproximarem mais do galego coloquial e do corpus de controlo do que os reintegracionistas continua a ser válida também no interior dos dois macrocontextos + / - *regido por preposição*. Lamentavelmente, essa tarefa não poderá ser abordada na sua integridade neste trabalho. Contudo, considero importante dar pelo menos um primeiro passo nesta direção. A este propósito, elaboro, no que segue, uma análise mais fina dos 291 casos não regidos por preposição e acresceto, num segundo passo, algumas observações não exaustivas sobre as restantes 1211 ocorrências com preposição.

Apresento, primeiro, quatro categorias de classificação, que correspondem aos diferentes contextos sintáticos em que se puderam observar ocorrências do IC sem preposições. Do mesmo modo, ofereço alguns exemplos ilustrativos<sup>73</sup>:

#### 1. Função sintática *sujeito*:

- (4) [...] non sempre é posible *sabermos* con certeza [...] (RAG<sub>2</sub>)  
 (5) *Reducirmos* o texto a aquel que é xa da obra [...] supón [...] coutar as posibilidades de interpretación [...] (Reintegr.<sub>2,4</sub>)

#### 2. Função sintática *predicativo do sujeito*:

73 Os contextos sintáticos não coincidem com os critérios de classificação estabelecidos por Gondar, já que os considero problemáticos desde uma perspectiva puramente sintática.

- (6) [...] o obxectivo non era realizar un estudio da duración, senón *obtermos* unha media de velocidade [...] (ILG<sub>1</sub>)  
 (7) [...] o máis lóxico é espellarse nela e non *irmos* por libre [...] (Reintegr.<sub>1,1</sub>)

#### 3. Função sintática *complemento direto*:

- (8) [...] o sentido aconselha *usarmos* [...] (Reintegr.<sub>1,3</sub>)  
 (9) [...] implica non só *estarmos* atentos [...] (RAG<sub>2</sub>)

#### 4. Casos particulares (com verbos modais (10)<sup>74</sup>, causativos (11)<sup>75</sup>, como segundo termo de comparação (12), em orações de valor interrogativo-deliberativo ou relativo (13, 14)):

- (10) [...] poden ser ambiguas ou non *estaren* presentes [...] (ILG<sub>1</sub>)  
 (11) [...] fai moitas persoas galegofalantes espontáneas non se *sentiren* identificadas [...] (Reintegr.<sub>2,2</sub>)  
 (12) [...] que non é outro do que *considerarmos* o caso do galego e do português como dúas normas [...] (Reintegr.<sub>2,2</sub>)  
 (13) [...] que *dicirmos* do galego a respecto do español no contexto sociolingüístico que se dá na Galiza? (Reintegr.<sub>2,1</sub>)  
 (14) [...] precisamos de un paradigma ecolingüístico desde onde *podermos* ré-situar [...] (Reintegr.<sub>1,4</sub>)

A seguinte tabela resume os valores absolutos das quatro categorias de cada um dos (sub)grupos do corpus galego e do corpus de controlo. Também é indicado, entre parênteses, o número de indivíduos com ocorrências e a percentagem das ocorrências correspondentes em relação ao total dos casos sem preposição:

74 Foram considerados modais os verbos *dever*, *poder*, *ter (de)* e *haver (de)* (Oliveira & Mendes 2013).

75 Foram considerados causativos os verbos *mandar*, *deixar* e *fazer (com)* (Duarte 2003, 601).

	- Regido por preposición			
	Sujeito	Predicativo do sujeito	Comp. direto	1. Com v.mod., 2. v.caus., 3. stand.comp., 4. valor interrog-deliberat. ou relativo
Corpus de controlo			5 / 5 (100%)	
Corpus galego	193 / 291 (12 / 16) (66.3%)	22 / 291 (6 / 16) (7.6%)	54 / 291 (7 / 16) (18.6%)	6;8;3;5 / 291 (4;2;2;3 / 16) (7.6%)
Autonomistas	12 / 21 (5 / 8) (57.1%)	1 / 21 (1 / 8) (4.8%)	7 / 21 (1 / 8) (33.3%)	1;ø;ø;ø / 21 (1 / 8) (4.8%)
Reintegracionistas	181 / 270 (7 / 8) (67.0%)	21 / 270 (5 / 8) (7.8%)	47 / 270 (6 / 8) (17.4%)	5;8;3;5 / 270 (3;2;2;3 / 8) (7.8%)
Reintegracionistas <sub>1</sub>	30 / 57 (3 / 4) (52.6%)	12 / 57 (3 / 4) (21.1%)	12 / 57 (3 / 4) (21.1%)	ø;ø;ø;3 / 57 (ø;ø;ø;1 / 4) (5.3%)
Reintegracionistas <sub>2</sub>	151 / 213 (4 / 4) (70.9%)	8 / 213 (2 / 4) (3.8%)	36 / 213 (3 / 4) (16.9%)	5;8;3;2 / 213 (3 / 4) (8.5%)

Tab. 4. Valores absolutos, núm. de indivíduos e percentagens em função do contexto sintático para as 291 ocorrências não regidas por preposição no corpus galego e no corpus de controlo.

Torna-se evidente que, desta vez, tanto os autonomistas como os reintegracionistas se afastam consideravelmente do uso dos investigadores portugueses. As cinco ocorrências deste último grupo correspondem, exclusivamente, a casos em que o IC desempenha a função de complemento direto, enquanto ambos os grupos galegos apresentam um uso sintaticamente muito mais estendido<sup>76</sup>, sendo a função de sujeito a mais frequente. Ainda assim, a observação de que o uso autonomista se aproxima mais do uso observado no corpus de controlo, continua válida, pelo menos parcialmente: os autonomistas empregam o IC mais frequentemente na função de complemento direto do que os reintegracionistas (33.3% vs. 17.4%). Além disso, e como é o caso para o corpus de controlo, as ocorrências autonomistas – exceto num único caso – não contêm casos pertencentes à quarta categoria,

enquanto os reintegracionistas<sub>2</sub> apresentam 18 casos. Além disso, volta a constatar-se uma diferença no interior do grupo reintegracionista (cf. reintegracionistas<sub>1</sub>: N de casos ‘especiais’ = 3), facto que também se reflete na percentagem para a função de complemento direto (reintegracionistas<sub>1</sub>, 21.1% > reintegracionistas<sub>2</sub>, 16.9%).

Como já disse, não efetuei todos os cálculos para os contextos com regência preposicional. Contudo, disponho de alguns resultados provisórios, que contradizem a tendência geral de os autonomistas se aproximarem mais do corpus de controlo do que os reintegracionistas:

- 1.) A percentagem de uso como complemento / adjunto nominal é mais alta no caso dos reintegracionistas. Com isto, aproximam-se mais do corpus de controlo do que os autonomistas (ca. 20% vs. ca. 10% vs. ca. 40% no corpus de controlo).
- 2.) A percentagem de uso como adjunto adverbial é mais baixa no caso dos reintegracionistas. Com isto, aproximam-se mais do corpus de controlo do que os autonomistas (ca. 40% vs. 75% vs. 45% no corpus de controlo).
- 3.) Os reintegracionistas e o corpus de controlo apresentam ocorrências com valor de gerúndio (*voces a defenderen a premeditación* [Reintegr.<sub>2,4</sub>]), o que não se verifica nos textos autonomistas.
- 4.) O uso reintegracionista e o corpus de controlo parecem mostrar frequências mais altas de realização explícita do sujeito do IC / IF do que os textos autonomistas (*a possibilidade de os estilos se adaptarem* [Reintegr.<sub>2,1</sub>], Jansegers & Vanderschueren 2010).

À primeira vista, estes resultados contraditórios podem parecer surpreendentes. A surpresa, porém, relativiza-se ao olharmos mais de perto para os resultados do estudo de Gondar (1978, 140). A aproximação autonomista do corpus de controlo é um epifenómeno, uma vez que os aspetos coincidentes com o corpus de controlo também são característicos do uso observado por este autor em textos galegos basiletais (frequências / mil *tokens*, + / - regência preposicional). Por outro lado, a

76 Não pretendo sugerir que o IF português seja agramatical nestes contextos. Simplesmente não se atesta no corpus de controlo, o que, porém, também é um resultado importante. Parece que o IF, por diferenças de norma(lidade), tem uma distribuição sintática menos ampla na tradição discursiva do artigo científico do que o IC galego.

maioria dos três<sup>77</sup> aspetos nos quais o uso reintegracionista é o que mais se parece com o uso dos investigadores portugueses (pontos 1. e 2. da lista anterior) não tem paralelo nos dados basiletais oferecidos por Gondar.

#### 4. O *infinitivo conjugado*: signo indexical e ato identitário

Neste capítulo pretendo cumprir o último dos três objetivos deste trabalho, isto é, 1. analisar mais profundamente o motivo do uso frequente do IC em textos científicos em face da sua quase-ausência em registos informais e 2. apresentar a minha interpretação externa quanto às diferenças observáveis entre o uso autonomista e reintegracionista. Para isso, basear-me-ei em citações metalinguísticas, no conceito de indexicalidade e na ideia de o uso do IC constituir um ato identitário. Antes disso, porém, é preciso apresentar as consequências de usar um IC anteriormente ao processo da normalização do galego, esboçadas já, de maneira muito rudimentar, no capítulo 2.

Como já insinuei, no nível do galego coloquial o IC somente se conserva em (poucos) falantes rurais e idosos. Como tal, é tradicionalmente associado com camadas sociais baixas e com atributos pessoais negativos (vulgaridade, pouca educação, ruralidade, etc.). Na teoria da indexicalidade (Ochs 1992, Silverstein 2003), tais atributos negativos constituem uma indexicalização de segunda ordem (*2<sup>nd</sup>-order indexical*)<sup>78</sup>.

77 Gondar não investiga o uso explícito do sujeito do IC.

78 O conceito de indexicalidade nasceu com a finalidade de perceber melhor um fenómeno que, ao sermos todos falantes competentes dalguma(s) língua(s), intuitivamente conhecemos. Com qualquer atividade linguística em que nos envolvemos não só (des)codificamos conteúdos semânticos e pragmáticos, mas também construímos, transmitimos e recebemos, de maneira dialógica, informação sobre a nossa identidade e a do nosso interlocutor. Este processo indexical, extremamente complexo e multifacetado, é um facto inegável e até – penso eu – indelével da comunicação humana enquanto atividade dinâmica (*enérgeia*). Como tal, está incluído também, duma maneira ou outra, nos modelos de comunicação mais usados em psicologia (embora às vezes sob denominações que o camuflam). Comparem-se, p. ex., a função expressiva no *modelo organon* de Bühler (1934) ou as *orelhas de automanifestação* e de *relação* no *modelo dos quatro ouvidos* de Schulz von Thun (1981).

Os atos indexicais podem ou não ocorrer conscientemente e de maneira mais ou menos direta. Os possíveis mecanismos são, entre outros, menções explícitas de categorias identitárias, declarações / ações avaliativas / epistémicas ou bem o emprego duma

Num trabalho sobre a padronização do léxico, o filólogo galego Ernesto González Seoane apresenta, entre outras coisas, um inventário de opiniões negativas relativamente ao galego ‘popular’, expressadas por pessoas pertencentes à classe alta de finais do século XIX. Compare-se a seguinte citação que representa um resumo dos resultados mais importantes e que ilustra, embora de maneira indireta<sup>79</sup>, a antiga indexicalização do IC:

(a) Neste sentido, é ben significativo que estas condenas tan rotundas do galego popular e aldeán raramente vaian acompañadas dunha exemplificación que nos axude a precisar cales son os trazos que determinan a súa ‘rudeza’, ‘rusticidade’ ou ‘barbarie’. Así, na maior parte dos casos os únicos indicadores de rusticidade que se mencionan explicitamente son a gheada, [...], o seseo, o infinitivo persoal (!), algunhas perífrases, e pouco máis. (González Seoane 2003, 169; sublinhado do autor)

Hoje, no início do século XXI, esta indexicalização antiga quase desapareceu, mas pode continuar a existir de maneira esporádica. Simplesmente se tornou muito infrequente<sup>80</sup>. Em primeiro lugar, isso explica-se por uma mudança de consciência provocada pelo processo de normalização, ou seja, por decisões políticas (cap. 2). Mas penso que, em segundo lugar, não devemos esquecer que as oportunidades de (re)atualização desta indexicalização antiga também se tornaram cada vez menores, uma vez que o número de utentes basiletais do IC hoje em dia é mínimo.

determinada estrutura linguística, associada com identidades ou *personas* específicas (Bucholtz & Hall 2010, 21). O último tipo é frequentemente aproveitado pela sociolinguística, especialmente na investigação das atitudes linguísticas (cf. p. ex. a técnica *matched-guise*).

*Nota bene*: Compare-se também a tripartição *indicator-marker-stereotype* de Labov (1971) e os três níveis *dia* propostos por Coseriu (1980), dos quais, contudo, a ideia da indexicalidade se diferencia, uma vez que, apesar de incluir os fatores geográfico, social e situacional, não se limita a estes.

79 Já que se fala do “galego popular” e não dos seus próprios falantes.

80 O caso mais comum é que uma mesma forma linguística tenha múltiplas indexicalizações (Johnstone 2010). O valor exato atribuído a uma atualização concreta duma forma indexical depende de muitos fatores. Sozinha, uma forma normalmente não consegue nada. O seu valor concreto dependerá sempre de quem for o enunciador (e de quem for o ouvinte!), pois as nossas escolhas linguísticas representam somente um dos fatores determinantes para a manifestação e criação da nossa identidade. Além do mais, baseia-se numa interação complexa de  *muitos* elementos mesmo aquela parte da criação e manifestação identitárias que assenta em hábitos linguísticos (para este último facto, também relativamente ao caso do IC, cf. a nota nº81).

Obviamente, o emprego do IC em contextos como aquele investigado no capítulo 3 não é explicável se só tivermos em conta esta indexicalização antiga. O IC adquiriu um novo estatuto diástrática e diafasicamente alto e, por conseguinte, chegou a indexicalizar atributos pessoais completamente opostos aos indexicalizados antigamente. Estes serão o objeto dos parágrafos seguintes.

As noções com as quais o IC está maioritariamente associado hoje em dia são difíceis de definir cientificamente, mas carregadas de muita emocionalidade. Evocam-se, entre muitos outros, termos como *autenticidade*, o *ser 'próprio'* do IC, *pureza*, *preservação* e *diferenciação* (perante o espanhol). Reproduzo duas citações que vislumbram esta indexicalização, tanto para os autonomistas (b) como para os reintegracionistas (c), e que mostram que o uso do IC desempenha, além do valor gramatical e léxico, funções sociais e identitárias:

(b) [...] pode ser invocado o critério de 'autenticidade lingüística' [...] pola necesidade de preservar da identidade do galego, mantelo achegado ao seu pasado histórico [...] e diferenciado respecto doutras linguas, especialmente do español. Desta idea de 'autenticidade' derivaríase a potenciación dos elementos propios [...], nomeadamente aqueles que están presentes na lingua popular e cos que a gran maioría dos falantes nos sentimos identificados. Aquí estarían incluídos trazos coma a pronuncia das vogais tónicas e átonas de maneira semellante ao galego popular, a entoación, o infinitivo conxugado, a colocación dos clíticos [...]. (Regueira 2012, 195)

(c) Convén notarmos [!] que [o] infinitivo flexionado [...] supón un dos aspectos máis representativos para mantermos [!] unha verdadeira morfosintaxe galegoportuguesa, autóctone, idiosincrática e característica da nosa lingua. (Sánchez Rei 2007, 120)

Se continuarmos com a nossa procura de testemunhos metalinguísticos, deparar-nos-emos ainda com passagens mais explícitas, que dão a perceber que o IC, entre outros elementos<sup>81</sup>, faz parte duma agenda político-linguística de 'recuperação e restituição histórica' do galego. Compare-se a seguinte citação, tirada dum

81 Deveriam levar-se em conta também outros fenómenos como o léxico, determinadas locuções conetivas (*alén do máis, por sua vez ...*), a subida dos clíticos nalguns contextos (*teño que o facer, téño que facer, para o facer, de o facer*), o futuro do conjuntivo e algumas soluções morfológicas (p. ex. as desinências *-ibel-, ábel, -úbel* em vez de *-ible, -able, -uble* ou *calquer* em vez de *calquera*), etc. Lamentavelmente, esta tarefa ultrapassa as possibilidades deste trabalho. Também seria interessante analisar elementos tradicionais do galego basilectal que são aproveitados quase exclusivamente por autonomistas (e.g. a codificação de complementos diretos através das preposições *de* e *en*, cf. "preservar da identidade" em (b)).

trabalho reintegracionista, que tem em vista fomentar de maneira ativa o emprego dum galego 'autêntico':

(d) [N]o camiño desa xusta restitución histórica temos que exercer de escritores e escritoras, isto é, [...] de exemplos para imitar [...]. Que acontece cando ducias de docentes explican o infinitivo flexionado, cando esixen que o seu alumnado o aprenda morfoloxicamente e pasan a non o usar nunca? Acontece que o infinitivo flexionado comeza a desaparecer. (Sanmartín Rei 2009, 42)

Deveria (e poderia) acrescentar mais citações para evitar o risco de que este capítulo pareça anedótico, mas as limitações de espaço obrigam-me a prescindir desta necessidade. Em vez disso, resumo as minhas ideias básicas expostas até este ponto: Na atualidade, o IC usa-se com frequências altas em contextos formais porque, assistido por decisões político-linguísticas, se converteu num recurso linguístico que é aproveitado conscientemente para a (re)criação e indexicalização duma identidade socioideológica 'cuidada', uma identidade de pertença a uma elite erudita e ativista com forte preocupação pela sobrevivência e recuperação do galego. Naturalmente, a partir daí, o IC indexicaliza atributos adicionais e muito diversos que refletem julgamentos de valor mais subjetivos. Estes variarão em função do ouvinte e da sua posição na sociedade e dependerão da sua opinião sobre o processo normalizador (p. ex. *inteligência* = postura favorável, vs. *arrogância*, = postura não favorável, etc.). Prossigo com a minha análise, expondo as minhas ideias quanto às diferenças de uso entre os autonomistas e reintegracionistas.

Creio que há dois aspetos diferentes que, juntos, explicam por que no capítulo precedente se observaram diferenças tão grandes entre os dois subgrupos galegos. Um deles, o primeiro, é muito óbvio; o segundo, porém, deve-se a fatores menos evidentes. Começemos com o primeiro.

Claramente, ambos os subgrupos galegos têm a intenção de tornar o galego mais 'autêntico' e mais 'digno'. No entanto, isto não significa exatamente o mesmo em ambos os casos. São sobretudo os reintegracionistas quem salientam a necessidade de o galego se tornar mais 'português'<sup>82</sup>. Aduzo duas passagens ilustrativas:

82 Na verdade, esta diferença já é sugerida por citações anteriores. Repare-se no facto de que o autonomista em (b) usa o glotónimo *galego*, enquanto o reintegracionista em (c) fala, duma "verdadeira morfosintaxe galego-portuguesa" (sublinhado do autor).

(e) Nesta lexitimación da xusta restitución histórica non entra unicamente a escolla da recuperación léxica e sintáctica a través do portugués [...] (Sanmartín Rei 2011, 197)

(f) É importante notar que, sigamos a estratexia que sigamos, o portugués implica umha + quando nom umha x. Há várias áreas onde isto acontece. No ámbito da castelhanización [...] ajuda a reforzar estruturas gramaticais como o infinitivo flexionado ou o futuro de subjuntivo [...]. (Fagim 2010, *online*; sublinhado do autor)

É certo que esta aproximação do portugués, ao menos de forma esporádica, também é mencionada como desejável por alguns autonomistas. Porém, apercebemos que, para este último grupo, aparenta ter um papel muito menos proeminente em comparação com outras vias de recuperação dum galego ‘autêntico’ (cf. *infra*; o “terceiro [e último] critério”). Além disso, declarações autonomistas como a seguinte são muito infrequentes:

(g) E [tamén pode ser discutido] como terceiro criterio [da normalización lingüística], o recurso ao portugués como fonte preferente de materiais lingüísticos (non exclusivamente léxicos) [...]. (Regueira 2012, 196)

As conceptualizações diferentes dum galego ‘autêntico’ poderiam considerar-se suficientes para explicar as diferenças entre o uso do IC pelos dois grupos, mas mesmo assim julgo que deve existir outro fator oculto, que não se expressa de maneira tão livre em publicações científicas. As seguintes linhas serão dedicadas a esta parte ‘escondida’ da história.

Como já disse (cf. nota de rodapé nº60), a distinção entre autonomistas e reintegracionistas é, *grosso modo*, uma diferença ideológica a respeito da autonomia do, ou da pertença ao diassistema linguístico português. Porém, há uma segunda diferença, que ainda não mencionei. Em muitos casos (não em todos!), ser autonomista ou reintegracionista é sinónimo de ter biografias linguísticas diferentes. Os autonomistas costumam ser *paleofalantes* do galego, falantes que têm o galego como língua habitual desde o seu nascimento, pelo contrário, entre os reintegracionistas encontram-se, tendencialmente, mais *neofalantes*, isto é, pessoas que, ao longo da sua vida e por razões diversas, optaram por mudar de hábitos linguísticos a favor do galego (para mais informação respetivamente aos neofalantes, veja-se, p. ex., O’Rourke & Ramallo 2015)<sup>83</sup>. A primeira variedade à qual foram expostos

83 Não tenho a certeza se todos os reintegracionistas do corpus investigado são neofalantes. Porém, estou seguro que a maior parte dos informantes é neofalante, facto que pude comprovar pessoalmente nalguns casos concretos ou mediante testemunhos explícitos,

os paleofalantes é o basileto do lugar de procedência, normalmente rural, dos pais. Os neofalantes, pelo contrário, frequentemente provêm de vilas ou cidades, isto é, de locais onde o galego está em forte retrocesso ou onde já desapareceu por completo. Daí que muitos dos reintegracionistas (por serem neofalantes) não disponham de competências basiletais, mas somente de variedades aprendidas (e não adquiridas) em contextos mais ou menos formais.

Se refletirmos sobre as possíveis consequências de ter ou não à sua disposição uma variedade basiletal, revela-se algo que me parece muito importante: o uso linguístico das pessoas que se moveram, na sua infância, num âmbito galegofalante (i.e., no nosso caso, tendencialmente os autonomistas) sempre será condicionado pelas experiências vividas nesse âmbito. Uma vez que na vasta maioria desses âmbitos o IC não se usa quase nunca, as pessoas correspondentes não o poderão empregar até o infinito, por muito que as forças normalizadoras o propaguem e por muito bons que sejam os seus argumentos. Seria, simplesmente, uma negação da identidade dum paleofalante, uma traição da sua origem (cf. também as observações sobre o uso excessivo dalguns traços linguísticos pelos neofalantes em Kabatek & Pusch 2011, 402)<sup>84</sup>. Visto em sentido inverso, o contrário também é válido: o facto de muitos reintegracionistas, por serem neofalantes, não terem, na sua própria arquitetura da língua, uma variedade basiletal (i.e., uma variedade com um uso do IC mínimo), junto com a sua ‘lusofilia’, abre o caminho para um uso do IC como aquele observado no capítulo 3: um uso que até ultrapassa, tanto quantitativa quanto qualitativamente, o uso em textos portugueses do mesmo tipo.

escritos pela respetiva pessoa. Pelo contrário, no caso dos autonomistas, conheço pessoalmente 7 dos 8 informantes, razão pela qual estou em condições de afirmar que se trata de paleofalantes.

84 Esta é a razão dos eternos conflitos entre paleo- e neofalantes. O uso linguístico dos neofalantes, por ser tão diferente do seu, é interpretado pelos paleofalantes como menosprezo ativo da sua identidade. Trata-se, no fundo, duma questão de autoridade sobre a língua. A pergunta subjacente é: A quem pertence o galego? Quem tem o direito de dirigir, como representante duma comunidade inteira, a planificação linguística? (cf. também González González 2008 e os comentários em Regueira 2012 vs. p. ex. Freixeiro Mato (2013, 47), que emprega a etiqueta *isolacionismo* para se referir à postura autonomista).

## 5. Conclusões

Este trabalho investigou o uso do *infinitivo conxugado* galego em textos científicos, diferenciando entre autonomistas e reintegracionistas. Observou-se que ambos os grupos mostram um uso elevado em comparação com a quase-ausência do IC no galego coloquial contemporâneo, mas que o uso dos reintegracionistas se diferencia enormemente daquele dos autonomistas. De um modo geral, o grupo autonomista mostrou um uso quantitativamente inferior ao do corpus de controlo português. No caso dos reintegracionistas, pelo contrário, constatou-se um emprego superior ao do corpus de controlo, com o qual os reintegracionistas se afastam mais do galego coloquial do que os autonomistas. O mesmo é válido, em grande medida, no tocante aos diferentes contextos sintáticos em que se documentou o IC e às percentagens correspondentes.

O uso elevado por todos os filólogos e linguistas galegos em face da quase-ausência do IC no galego coloquial não culto e / ou não académico foi explicado através dum valor indexical adicional do IC, o qual é um dos meios linguísticos mais emblemáticos e importantes para construir e manifestar uma identidade de pertença a uma pequena elite culta e ativista. Mostrei que esta elite se preocupa com a sobrevivência dum galego diferenciado do espanhol, ‘autêntico’, ‘digno’ e ‘fiel às suas origens’, mas que o conceito de autenticidade não significa o mesmo para os dois grupos. Crucialmente, o desejo de tornar o galego mais português está muito mais presente no discurso reintegracionista do que no autonomista. Argumentei que este facto, sempre junto com a importante falta de ancoragem basilectal de muitos reintegracionistas, explica as grandes diferenças de uso entre as duas correntes ideológicas galegas.

Finalmente, também se comprovou que nem todos estes usos divergentes observáveis em textos reintegracionistas encontram um paralelo no corpus de controlo e que, portanto, este grupo galego apresenta uma espécie de ‘hiper-uso’ do fenómeno analisado. Não tratei em detalhe o facto de o hiper-uso ser muito maior no caso dos reintegracionistas<sup>1</sup>, mas formulei a hipótese de que este pode estar relacionado com o uso da norma ortográfica autonomista, já que esta, normalmente, se associa com objetivos opostos aos dos reintegracionistas.

## Bibliografía

- ÁLVAREZ, Rosario & XOVE, Xosé. 2002. *Gramática da lingua galega*. Vigo: Xerais.
- BUCHOLTZ, Mary & HALL, Kira. 2010. “Locating identity in language”, em: Llamas, Carmen & Watt, Dominic. edd. *Language and identities*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 18–28.
- BÜHLER, Karl. 1934. *Sprachtheorie: die Darstellungsfunktion der Sprache*. Jena: Fischer.
- COSERIU, Eugenio. 1952. “Sistema, norma y habla”, Montevideo 1952, reimpr. em: Coseriu, Eugenio. 1962. *Teoría del lenguaje y lingüística general. Cinco estudios*. Madrid: Gredos, 11–113.
- COSERIU, Eugenio. 1980. “‘Historische Sprache’ und ‘Dialekt’”, em: Göschel, Joachim & Ivic, Pavle & Kehr, Kurt. edd. *Dialekt und Dialektologie. Ergebnisse des internationalen Symposiums ‘Zur Theorie des Dialekts’*. Wiesbaden: Steiner, 106–115.
- DUARTE, Inês. 2003. “Subordinação completiva – as orações completivas”, em: Mira Mateus, Maria H. & Brito, Ana M. & Duarte, Inês & Hub Faria, Isabel. edd. *Gramática da lingua portuguesa*. 5ª edição revista e aumentada. Lisboa: Caminho, 593–640.
- FAGIM, Valentim. 2010. “No nosso imaginário, matemática e lingua som entidades contrapostas”, [blogue pessoal: <https://valentimrfagim.wordpress.com/2010/05/19/697/>, acesso 17.12.2014].
- FREIXEIRO MATO, Xosé Ramón. 2007. *Estilística da lingua galega*. Vigo: Xerais.
- GERARDS, David Paul. 2020. *Bare Partitives in Old Spanish and Old Portuguese*, PhD dissertation, University of Zurich.
- GERARDS, David Paul & KABATEK, Johannes. 2018. “Grammaticalization and Discourse Traditions: The Case of Portuguese *caso*”, em: Loureda Lamas, Oscar & Pons Bordería, Salvador. edd. *Beyond Grammaticalization and Discourse Markers: New Issues in the Study of Language Change*. Leiden / Boston: Brill, 115–159.
- GERARDS, David Paul & STARK, Elisabeth. 2020. “Why Partitive Articles don’t Exist in (Old) Spanish”, em: Ihsane, Tabea. ed. *Disentangling Bare Nouns and Nominals Introduced by a Partitive Article*. Leiden / Boston: Brill, 105–139.
- GONDAR, Francisco G. 1978. *O infinitivo conxugado en galego* (= Verba. Anuario Gallego de Filología, Anejo 13). Santiago de Compostela: Universidad de Santiago.
- GONZÁLEZ SEOANE, Ernesto X. 2003. “A estandarización do léxico en Galicia: perspectiva histórica”, em: Álvarez de la Granja, María & González Seoane, Ernesto X. edd. *A estandarización do léxico*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega / Instituto da Lingua Galega, 163–196.
- GONZÁLEZ GONZÁLEZ, Manuel. 2008. “O novo galego urbano”, em: Brea López, Mercedes & Fernández Rei, Francisco & Regueira Fernández, Xosé L. edd. *Cada palabra pesaba, cada palabra medía. Homenaxe a Antón Santamarina*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 363–374.
- JANSEGGERS, Marlies & VANDERSCHUEREN, Clara. 2010. “El infinitivo conjugado gallego: ¿entre portugués y castellano?”, em: *Revue de Linguistique Romane* 74 (295 / 296), 415–441.
- JOHNSTONE, Barbara. 2010. “Locating language in identity”, em: Llamas, Carmen & Watt, Dominic. edd. *Language and identities*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 29–36.
- KABATEK, Johannes. 1992. “Der Normenstreit in Galicien: Versuch einer Erklärung”, em: *Lusorama* 18, 65–83.

- KABATEK, Johannes. 1997a. "Strengthening identity: differentiation and change in contemporary Galician", em: Cheshire, Jenny & Stein, Dieter. edd.: *Taming the Vernacular. From dialect to written standard language*, London / New York: Longman, 185–199.
- KABATEK, Johannes. 1997b. "Zur Typologie sprachlicher Interferenzen", em: Moelleken, Wolfgang & Weber, Peter. edd. *Neuere Forschungsarbeiten zur Kontaktlinguistik*. [Festschrift für Peter Nelde zum 55. Geburtstag]. Bonn: Dümmler 1997 (Plurilingua XIX), S. 232–241.
- KABATEK, Johannes. 2015. "Sobre usos y abusos de la terminología lingüística", em: *Revue de Linguistique Romane* 79 (315 / 316), 331–359.
- KABATEK, Johannes. 2018. *Lingüística coseriana, lingüística histórica, tradiciones discursivas*. Frankfurt a. M. / Madrid: Vervuert-Iberoamericana.
- KABATEK, Johannes & GERARDS, David Paul. 2019. "Gramaticalização, distância, imediatez e tradições discursivas: o caso do português *caso*", em: Azevedo Maia, Clarinda de & Almeida Santos, Isabel. edd. *Estudos de Lingüística Histórica. Mudança e Estandarização*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 119–162.
- KABATEK, Johannes & PUSCH, Claus Dieter. 2011. "Language contact in Southwestern Europe", em: van der Auwera, Jan & Kortmann, Bernd. edd. *The languages and linguistics of Europe. A comprehensive guide*. Berlin / New York: de Gruyter, 393–408.
- KOCH, Peter & OESTERREICHER, Wulf. 1985. "Sprache der Nähe – Sprache der Distanz. Mündlichkeit und Schriftlichkeit im Spannungsfeld von Sprachtheorie und Sprachgeschichte", em: *Romanistisches Jahrbuch* 36, 15–43.
- LABOV, William. 1971. "The study of language in its social context", em: Fishman, Joshua A. ed. *Advances in the sociology of language*. Vol 1. The Hague: Mouton, 152–216.
- MONTEAGUDO, Henrique. 1999. *Historia social da lingua galega: idioma, sociedade e cultura a través do tempo*. Vigo: Galaxia.
- OCHS, Elinor. 1992. "Indexing gender", em: Duranti, Alessandro & Goodwin, Charles. edd. *Rethinking context: language as an interactive phenomenon*. Cambridge: CUP, 335–358.
- OCTAVIO DE TOLEDO Y HUERTA, Álvaro. 2014. "Entre gramaticalización, estructura informativa y tradiciones discursivas: algo más sobre *nada*", em: Girón Alconchel, José Luis & Sáez Rivera, Daniel. edd. *Procesos de gramaticalización en la historia del español*. Frankfurt a. M. / Madrid: Vervuert-Iberoamericana, 263–319.
- OLIVEIRA, Fátima & MENDES, Amália. 2013. "Modalidade", em: Paiva Raposo, Eduardo B. & Bacelar do Nascimento, Maria F. & Coelho da Mota, Maria A. & Segura, Luísa & Mendes, Amália. edd. *Gramática do português*. Vol 1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 623–669.
- O'ROURKE, Bernadette & RAMALLO, Fernando. 2015. "Neofalantes as an active minority: understanding language practices and motivations for change amongst new speakers of Galician", em: *International Journal of the Sociology of Language* 231, 147–165.
- PONS BORDERÍA, Salvador. 2000. "Gramaticalización por tradiciones discursivas: el caso de *esto es*", em: Kabatek, Johannes. ed. *Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico: Nuevas perspectivas desde las Tradiciones Discursivas*. Frankfurt a. M. / Madrid: Vervuert-Iberoamericana, 249–274.
- REGUEIRA FERNÁNDEZ, Xosé L. 2012. "Autenticidade e calidade da lingua: purismo e planificación lingüística no galego actual", em: *Estudos de Lingüística Galega* 4, 187–201.
- SÁNCHEZ REI, Xosé M. 2007. "Algunhas reflexións sobre o variacionismo lingüístico xeracional no galego", em: Méndez López, Iván & Sánchez Pérez, Amelia. edd. *Lingua e*

- idade*. III Xornadas sobre lingua e usos. A Coruña: Servizo de Publicacións da Universidade da Coruña, 97–131.
- SANMARTÍN REI, Goretti. 2009. *Nos camiños do entusiasmo: calidade da lingua e planificación*. Vigo: Xerais.
- SANMARTÍN REI, Goretti. 2011. "A sociolingüística sobre o galego antes e despois de 1936. O contributo de Carvalho Calero", em: Sánchez Rei, Xosé M. & Biscainho Fernandes, Carlos C. edd. *Ricardo Carvalho Calero: ciencia, literatura e nación*. A Coruña: Servizo de Publicacións da Universidade da Coruña, 187–200.
- SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte. 2000. *Idéologie: Zur Rolle von Kategorisierungen im Wissenschaftsprozeß*. Heidelberg: Winter.
- SCHULZ VON THUN, Friedemann. 1981. *Miteinander reden: Störungen und Klärungen. Psychologie der zwischenmenschlichen Kommunikation*. Rowohlt: Reinbek.
- SILVERSTEIN, Michael. 2003. "Indexical order and the dialectics of sociolinguistic life", em: *Language & Communication* 23, 193–229.